

Tipo de Aviso	Concurso para Apresentação de Candidaturas
Código do Aviso	M1420-42-2016-28
Programa	Programa Operacional Regional da Madeira 2014-2020 (Madeira14-20)
Fundo	FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Regulamento Específico do Madeira 14-20	Portaria n.º 92/2015 de 25 de maio
Eixo prioritário	8 Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza
Prioridade de Investimento (PI)	9.a. Investimentos nas infraestruturas de saúde e sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
Objetivo Específico	9.a.1 Requalificar e adaptar infraestruturas e equipamentos já existentes e diversificar a oferta de serviços, adaptando-os às necessidades atuais em matéria de respostas sociais e de saúde
Domínio de Intervenção	55 Outras infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local
Tipologia de Intervenção	42 Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde

Abertura 27/12/2016, às 19 Horas

Encerramento 24/04/2017, às 18 Horas

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20) poderá adotar a modalidade de períodos predefinidos para apresentação de candidaturas, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020 e nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 92/2015, que define o regime de acesso aos apoios concedidos pelo Madeira 14-20.

Encontra-se reconhecido no texto do **Eixo Prioritário 8**. - Investimento em competências, educação e aprendizagem ao longo da vida, **Prioridade de Investimento “9.a**. - Investimentos em infraestruturas de saúde e sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária”, a necessidade objetiva de investimento da Região no domínio dos serviços sociais e de saúde, nomeadamente, criar as condições adequadas para a prestação de cuidados de saúde aos utentes e para o respetivo exercício dos profissionais, reforçar a promoção da saúde, através de uma política de proximidade dos estabelecimentos de saúde dos utentes e requalificar equipamentos sociais já existentes diversificando a oferta de serviços e adaptando-os a novas necessidades.

No âmbito do objetivo específico estabelecido “Requalificar e adaptar infraestruturas e equipamentos já existentes e diversificar a oferta de serviços, adaptando-os às necessidades atuais em matéria de respostas sociais e de saúde”, pretende-se atingir os seguintes resultados:

- Aumento da qualidade de vida da população da Região;
- Aumento das respostas sociais (equipamentos e valências) que facilitem o acesso, reduzam as desigualdades e promovam a inclusão social;
- Atenuação de necessidades regionais ao nível do desenvolvimento e coesão social;
- Adequação da rede de equipamentos de saúde face às tendências sociais e demográficas e às evoluções tecnológicas;
- Melhoria dos equipamentos de saúde que contribuam para o desenvolvimento regional e local.

2. Beneficiários

Constituem-se como beneficiárias da tipologia, nos termos previstos no artigo 7º da Portaria n.º 92/2015, as seguintes entidades:

- Administração Pública Regional e Local;
- Entidades do Sector Público Empresarial Regional;
- Organismos de natureza pública ou privada sem fins lucrativos, que prossigam fins de natureza social.

3. Tipologia de Intervenção e Ações

A tipologia de Intervenção e Ações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso, constam do anexo I referido no artigo 6.º da Portaria n.º 92/2015 e são as seguintes:

Tipologia de Intervenção	42 Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde
Ação	11.08.48.03 Melhoria nas infraestruturas sociais

4. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria n.º 92/2015.

5. Grau de maturidade mínimo exigido às operações

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações na fase de apresentação de candidatura, consiste na obrigação de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação.

6. Prazo de Execução das Operações

O prazo máximo de execução da operação é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação.

7. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º 2, do artigo 13.º da Portaria n.º 92/2015.

8. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) afeta ao presente Aviso é de € 8.000 000,00 (oito milhões de euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 12.º da Portaria n.º 92/2015.

9. Montante máximo de investimento por operação a candidatar

Podem candidatar-se ao presente Aviso, operações, cujo montante máximo de investimento não ultrapasse o valor indicado no mesmo.

10. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 27 dezembro de 2016 e o dia 24 de abril de 2017.

11. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

11.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Os beneficiários abrangidos pelo presente Aviso terão que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 92/2015, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

Terão igualmente que observar o disposto no ponto 2, do presente Aviso.

11.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm que demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso e tipologias de operações previstas no ponto 3 deste Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 9.º da Portaria n.º 92/2015.

11.3. Elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso e que respeitem o artigo 10.º e 11.º da Portaria n.º 92/2015.

Para esta tipologia de ação em Investimentos em infraestruturas sociais, só serão elegíveis as operações constantes do exercício de planeamento de infraestruturas sociais e de saúde, denominado de “Mapeamento”, enviado e aprovado pela Comissão Europeia em 05.08.2015 (ANEXO I);

Não serão elegíveis intervenções de reconversão que alterem o uso de equipamentos financiados por fundos comunitários há menos de 10 anos.

Não são elegíveis imputações de custos internos das entidades beneficiárias.

Não são elegíveis despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento e despesas que não sejam agregadas em conta específica para a operação.

As candidaturas não poderão incluir despesas de revisões de preços. Caso estas despesas venham a tornar-se efetivas no decurso das operações, poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20, para incluir as despesas efetivamente suportadas pelo beneficiário com Revisões de Preços Definitivas (de montante positivo) até ao limite de 3% do montante elegível dos trabalhos efetivamente executados. No caso de serem apuradas Revisões de Preços definitivas (de montante negativo), as mesmas terão que ser apresentadas ao Programa Madeira 14-20, através da submissão em Pedido de Pagamento dos respetivos documentos de apuramento das Revisões de Preços e respetivas Notas de Crédito, as quais serão abatidas às Despesas Elegíveis da operação.

12. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

12.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

12.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário

- a) Documento comprovativo do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º;
- b) Estatutos, para as entidades que não pertencem à Administração Pública Regional e Local;
- c) Declaração de início de atividade e/ou respetivas alterações;
- d) Apresentar parecer positivo da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais para as operações na área social, exceto para as operações constantes dos respetivos mapeamentos;
- e) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;
- f) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- g) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário e da respetiva operação quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito;
- h) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- j) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- k) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Os beneficiários devem ainda assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro:

- a) Os beneficiários que tenham sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ficam impedidos de aceder ao financiamento público por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da pena aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;
- b) Os beneficiários contra quem tenha sido deduzida acusação em processo-crime pelos factos referidos no número anterior, ou em relação aos quais tenha sido feita participação criminal por factos apurados em processos de controlo ou auditoria movidos pelos órgãos competentes, apenas podem ter acesso a apoios financeiros públicos no âmbito dos FEEI se apresentarem garantia idónea por cada pagamento a efetuar, independentemente da operação a que se reporta, que seja válida até à aprovação do saldo final ou até à reposição dos apoios recebidos, se a ela houver lugar;
- c) A exigência de apresentação da garantia idónea referida no número anterior depende da verificação, pela autoridade de gestão, da existência de indícios, subjacentes à acusação ou participação criminal, que envolvam um risco de não pagamentos futuros;
- d) Sem prejuízo de outras cominações previstas na legislação europeia e nacional e na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários que recusarem a submissão a um controlo das entidades competentes só podem aceder a apoios dos FEEI nos três anos subsequentes à revogação da decisão de apoio, proferida com fundamento naquele facto, mediante a apresentação de garantia idónea nos termos previstos no número anterior;
- e) Os beneficiários que tenham sido condenados em processo - crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, ficam impedidos de aceder a financiamento dos FEEI, por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;
- f) Sempre que o beneficiário seja uma pessoa coletiva, o disposto nos n.ºs 1 a 5 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos titulares dos órgãos de direção, de administração e de gestão e a outras pessoas que exerçam funções de administração ou gestão;
- g) O disposto nos números anteriores é aplicável ainda que os factos tenham ocorrido em períodos de programação anteriores ao período de programação regulado pelo referido Decreto-Lei.

O beneficiário deve ainda declarar não ter salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação caso a candidatura seja aprovada.

12.1.2. Documentos Relativos à Operação

- a) Memória descritiva da Operação (de acordo com modelo disponibilizado na plataforma eletrónica), que inclua os seguintes aspetos:
 - Enquadramento geral da operação;
 - Enquadramento da Operação no Madeira 14-20;
 - Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
 - Custos da operação e calendarização;
- b) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente, inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional/regional para a realização da operação;
- c) Declaração que a operação não se encontra materialmente concluída ou totalmente executada;

- d) Identificação e apresentação dos Pareceres/Licenças e documentos relativos aos licenciamentos e autorizações prévias à realização das intervenções, quando aplicável, ou pedidos às entidades competentes, quando os mesmos não tenham ainda sido emitidos;
- e) Apresentação do Parecer da entidade que tutela o ambiente, que ateste a avaliação da componente técnica, da adequação das ações previstas na operação candidata bem como a adequação dos meios equipamentos e infraestruturas, tendo em conta os riscos e as vulnerabilidades existentes, para que fique evidenciado que o projeto cumpre todos os normativos em termos ambientais, nomeadamente, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Avaliação de Incidências Ambientais (InCA) ou declaração da autoridade competente de AIA que confirme que a operação não carece desta Avaliação;
- f) Declaração onde atestem que serão cumpridas as normas em matéria de mercados públicos;
- g) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- h) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;
- i) Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) para o caso dos projetos geradores de receitas, de acordo com o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 61.º do Regulamento (UE) nº1303/2013 e 17 dezembro;
- j) Apresentar informação precisa e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, os quais devem ser elaborados em observância com a metodologia definida no anexo II deste Aviso;
- k) Identificar de forma clara e objetiva o contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente Aviso;

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

13. Análise e Seleção das Candidaturas

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso de Abertura, do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de enquadramento no Aviso de Abertura, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso de Abertura em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

As candidaturas apenas serão selecionadas para cofinanciamento do Madeira 14-20, no âmbito do presente Aviso, caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 10 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20 e caso exista dotação financeira disponível na respetiva Prioridade de Investimento, para cofinanciar a operação.

14. Apuramento do Mérito

14.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação, conforme Anexo III - Orientações para o preenchimento dos Critérios de Seleção.

14.2. Classificação Final

A Classificação Final da operação resulta da soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção e será estabelecida com 2 casas decimais.

Caso a candidatura atinja a classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto e na hierarquização para efeitos de avaliação do mérito relativo, se enquadre dentro da dotação financeira disponível no âmbito do Aviso, a candidatura será selecionada para financiamento e o proponente será notificado da decisão de aprovação da candidatura.

Caso o beneficiário e/ou a operação não cumpram algum dos critérios de elegibilidade gerais e específicos e/ou a candidatura não atinja classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto ou, tendo atingido a classificação mínima, na hierarquização para efeitos de avaliação do mérito relativo, a candidatura não seja selecionada por não se enquadrar dentro da dotação financeira disponível no âmbito do Aviso, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de mérito absoluto ou relativo, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não aprovação em sede de audiência prévia, a candidatura será selecionada para financiamento e a entidade proponente será notificada da decisão de aprovação da candidatura. Na falta de resposta, ou se após resposta, se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não aprovação por falta de mérito, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

15. Contratualização de indicadores de realização e de resultado

Em caso de aprovação das candidaturas, serão contratualizados, em termos de metas a atingir, os seguintes indicadores, de acordo as características da operação:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida	A Contratualizar
O.09.07.01.E	Realização	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	N.º	Sim
O.09.07.02.E	Resultado	População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas sociais	%	Sim

16. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20.

17. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

18. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

19. Penalizações

O incumprimento das metas dos indicadores contratualizados implicará correções financeiras ao montante aprovado, cuja metodologia será definida através de orientação a divulgar pela Autoridade de Gestão.

20. Informações e esclarecimentos

Pedidos de informação ou de esclarecimentos podem ser efetuados através do site do Programa, [Madeira 14 20](#) ou dirigidos para:

Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM,

Travessa do Cabido, nº16

9000-715 Funchal

idr@madeira.gov.pt

telefone: + 351 291214000

Funchal, 27 de dezembro de 2016

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

Ana Mota

ANEXO I – Resumo do Mapeamento de investimentos públicos da RAM em infraestruturas sociais

ANEXO II - Metodologia dos Indicadores de Realização e de Resultado

ANEXO III - Orientações para o preenchimento dos Critérios de Seleção

ANEXO I - Resumo do Mapeamento de investimentos públicos da RAM em infraestruturas sociais

INTRODUÇÃO

Em resposta à solicitação da Comissão Europeia, o Instituto de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira (Autoridade de Programação) preparou o presente Documento que procede ao Mapeamento das necessidades de investimento nos domínios de intervenção enquadrados pela *Prioridade 9.a. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária* (Eixo Prioritário 8 - Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza).

NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURAS SOCIAIS

Os investimentos propostos visam contribuir para um conjunto de necessidades que se encontram referenciadas no *Plano Regional de intervenção Social 2012-2015 (PRIS)* através, principalmente, da rentabilização das estruturas existentes.

CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO DO PO

A Tabela seguinte sistematiza as prioridades de intervenção na vertente Infraestruturas e Equipamentos Sociais, segundo as tipologias de operação acolhidas pela *Prioridade de Investimento 9.a*. A identificação de necessidades de investimento corresponde à concretização gradual das orientações das políticas sociais da Região.

Hierarquia de investimentos em Infraestruturas sociais

Geral

Prioridade 1 - Equipamentos de Segurança e Contra Incêndios em vários equipamentos sociais (adaptação)

Crianças e Jovens

Prioridade 2 - criação de 1 Centro de Acolhimento Temporário no Funchal

Família e Comunidade

Centros Comunitários

Prioridade 4 - 1 estabelecimento oficial da Ribeira Brava

Prioridade 7 - 1 estabelecimento IPSS do Funchal

Prioridade 8 - 1 estabelecimento IPSS na Calheta

Prioridade 3 - Centro Comunitário em Santa Cruz

Prioridade 9 - Criação de lar residencial, centro ocupacional, centro de reabilitação e centro educativo na RAM

Idosos

Prioridade 5 - Reabilitação/ampliação de 2 Lares de Idosos oficiais no Funchal

Prioridade 6 - Reabilitação/ampliação de 3 Lares de Idosos IPSS na Calheta e Santa Cruz

ANEXO II - Metodologia dos Indicadores de Realização e de Resultado

Código do Indicador	Tipo Indicador	Designação	Unidade	Contratualização de resultados e realizações (Sim /Não)	Descrição do Indicador	Metodologia de cálculo para informação ao beneficiário	Periodicidade de Atualização	Outras Informações
n.a.	Realização	Equipamentos sociais apoiados	Nº	Sim	O indicador refere-se às operações de investimento na melhoria das infraestruturas sociais.	Corresponde a todas as infraestruturas intervencionadas, seja por investimentos nas infraestruturas ou por equipamentos	<p>O beneficiário deverá fornecer as diferentes informações:</p> <p>Candidatura: meta</p> <p>Execução: o beneficiário deverá atualizar os indicadores na plataforma de candidaturas do Madeira14-20, com uma periodicidade mínima de 6 meses. A atualização não é efetuada de forma cumulativa, mas reportada à execução do indicador no período de atualização, isto é, se está a atualizar o indicador, por exemplo, de janeiro a maio, apenas deverá introduzir a execução realizada nesse período. O sistema de informação acumula a informação.</p> <p>Encerramento da operação: o beneficiário deverá atualizar os indicadores na plataforma de candidaturas do MADEIRA14-20 da mesma forma que efetua no período de execução, isto é, reportando apenas o período que ainda não está reportado.</p>	<p>Aquando do preenchimento do relatório final deverá então introduzir execução total do indicador.</p> <p>Representatividade financeira face ao projeto (dotação financeira):</p> <p>O beneficiário deverá indicar a dotação financeira da operação afeta ao indicador.</p> <p>Se a operação apenas diz respeito a um ou mais projetos de investimento na melhoria das infraestruturas sociais, toda a dotação deverá ser afeta ao indicador.</p> <p>Se a operação contemplar também projetos de outra natureza (por ex. investimentos na melhoria das infraestruturas de saúde)</p> <p>a dotação deverá ser repartida (o método de repartição deverá ser verificável se questionado em sede de análise ou auditoria)</p> <p>O Indicador deverá ser verificável em sede de análise (candidatura, pedidos de pagamento, encerramentos da operação) e auditoria.</p>
n.a.	Resultado	Beneficiada pelas intervenções em infraestruturas sociais	Nº	Sim	Corresponde ao nº de pessoas que poderá beneficiar diretamente das operações após a sua implementação, isto é, quando estes se encontram abertos ou em condições de serem usufruídos pelo público (capacidade gerada pelos equipamentos).	<p>Valor base: corresponde ao n.º pessoas que usufrui da infraestrutura ou equipamento antes da operação.</p> <p>Para uma infraestrutura ou equipamento novo, o valor-base será zero.</p> <p>Para intervenções em infraestruturas ou equipamentos já existentes, corresponde ao n.º pessoas que já usufrui dessas infraestruturas ou equipamentos em plenas condições (que não será a capacidade máxima do mesmo).</p> <p>Meta: constitui a capacidade da infraestrutura ou equipamento intervencionado.</p>	<p>O beneficiário deverá fornecer as diferentes informações:</p> <p>Candidatura: valor- base e meta</p> <p>Encerramento da operação: o beneficiário deverá atualizar os indicadores na plataforma de candidaturas do Madeira 14-20 da mesma forma que efetua no período de execução, isto é, reportando apenas o período que ainda não está reportado.</p>	<p>Aquando do preenchimento do relatório final deverá então introduzir execução total do indicador.</p> <p>O Indicador deverá ser verificável em sede de análise (candidatura e encerramentos da operação) e auditoria.</p>

ANEXO III - Orientações para o preenchimento dos Critérios de Seleção

Critérios de Seleção	Ponderador	Valoração		Orientações
Contributo para o cumprimento das metas associadas ao indicador de realização da Prioridade de Investimento "População abrangida por infraestruturas de saúde apoiadas"	20%	5	A operação de melhoria das infraestruturas/equipamentos de saúde abrange até 10.000 utentes	Este critério está diretamente relacionado com o indicador de realização "População abrangida por infraestruturas de saúde apoiadas". A pontuação é atribuída a operações que mais contribuam para o Indicador em causa.
		10	A operação de melhoria das infraestruturas/equipamentos de saúde abrange entre 10.000 a 20.000 utentes	
		20	A operação de melhoria das infraestruturas/equipamentos de saúde abrange mais de 10.000 utentes	
Complementaridade dos investimentos com outras operações	15%	0	Não existe complementaridade	A pontuação é atribuída a operações que complementem intervenções, tanto, em períodos de programação anteriores, como, no atual período de programação, sem que a operação represente intervenções sobre o mesmo equipamento. As operações a financiar, devem demonstrar que aliadas a outros investimentos (materiais ou imateriais) complementam-se, podendo as outras vertentes da operação, serem financiadas por outras fontes (p.e. programas europeus - p. ex. "Programa Saúde para o crescimento", "Horizon2020")
		10	Complementaridade com operações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente Intervir+, Rumos ou outros Programas Comunitários	
		20	Complementaridade com operações realizadas com outras intervenções do Madeira 14-20 ou outros Programas Operacionais ou Programas Comunitários do atual período de programação.	
Promoção da igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais e de saúde	25%	0	Reforço do acesso à saúde e aos serviços sociais	A pontuação é atribuída a operações que promovam a igualdade de acesso aos serviços sociais e de saúde, sendo mais valorizadas as ações que visem completar as redes de cobertura de serviços sociais e/ou de saúde nas seguintes áreas: - área social: reforço da capacidade de acolhimento; - saúde: cuidados primários e hospitalares
		10	Reforço da promoção do acesso à saúde e da coesão social, através de uma política de proximidade dos estabelecimentos dos utentes;	
		20	Contributo para completar redes de cobertura de serviços sociais e/ou de saúde na RAM nomeadamente: - na área social: reforço a capacidade de acolhimento; - na saúde: cuidados primários e cuidados hospitalares	
Articulação com outros tipos de operações desenvolvidas e que potenciem o efeito do investimento em causa	15%	0	Não existe articulação com outras operações.	A pontuação é atribuída a operações que promovam a articulação com outras ações a desenvolver/desenvolvidas pelo beneficiário. Nota: - Articulação indireta: p. ex, investimento em 2 equipamentos distintos mas que contribuem para a melhoria dos serviços em geral; - Articulação direta: investimento num equipamento/infraestrutura e investimento na capacitação dos recursos humanos para utilização desse equipamento/infraestrutura ou na capacitação institucional (p.ex. serviços dados em rede)
		10	Articulação indireta com outros investimentos realizados pelo beneficiário ou no sector, que potenciem os efeitos do investimento atual	
		20	Articulação direta com outros investimentos realizados pelo beneficiário ou no sector, que potenciem os efeitos do investimento atual	
Promoção da qualidade das respostas/serviços sociais e de saúde.	25%	10	Reforço da rede de saúde ou dos serviços sociais, melhorando e diversificando a oferta e assegurando uma resposta efetiva face às necessidades da população.	A pontuação é atribuída a operações que reforcem a rede de saúde e de serviços sociais, em linha com as respetivas políticas setoriais. Uma vez que o Plano Estratégico para a Saúde não identifica as infraestruturas e equipamentos essenciais à concretização do plano, o apuramento será efetuado por consulta à respetiva tutela (a ser efetuado pelo beneficiário e a apresentar aquando da formalização da candidatura). Uma vez que não existe um Plano Estratégico para as Políticas Sociais, o apuramento será efetuado por consulta à respetiva tutela (a ser efetuado pelo beneficiário e a apresentar aquando da formalização da candidatura).
		20	Reforço da rede de saúde ou dos serviços sociais de acordo com o previsto no Plano Estratégico para a Saúde e em linha com as Políticas Públicas na área social da RAM	